



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 1º E 2º GRAU

ATA DE REUNIÃO

3ª Reunião Ordinária do Comitê Orçamentário de 1º e 2º Grau

.1 Identificação da reunião:

Data	Horário de Início	Local
03/09/2018	09:00hs	Sala Branca – Tribunal Pleno

MEMBROS		CARGO
1	ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCÃO	TITULAR
2	ALTAMIR DE ALENCAR PIMENTEL FILHO	SUPLENTE
3	VLADINEI GON ZAGA DOS SANTOS	SUPLENTE
4	GUSTAVO PESSOA TAVARES DE LYRA	TITULAR
5	BENEDITO VEMÂNCIO DA F. JÚNIOR	TITULAR
6	FÁBIO BRITO DE FARIA	TITULAR
7	GILBERTO DE MEDEIROS RODRIGUES	TITULAR
8	JOSINALDO SANTANA DOS SANTOS	TITULAR
9	MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS	TITULAR
10	JOSE IVONALDO BATISTA	SUPLENTE
11	DOMINGOS GUALBERTO DE OLIVEIRA	TITULAR

.2 Pauta

I – Abertura

II – Proposta Orçamentária 2019

III – Encerramento e Deliberações



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 1º E 2º GRAU

.3 Debates

Carol abriu a reunião registrando a ausência de Des. Carlos por motivos de doença, e de Tony Márcio, por outro compromisso paralelo junto à Presidência.

Em seguida, fez um resgate dos itens deliberados na reunião do dia 10/08/2018 salientando da impossibilidade de atendê-los em virtude do curto espaço de tempo entre os dois encontros.

Ficou acordado que todas essas demandas seriam atendidas até a próxima reunião, agendada para o dia 15 de outubro. Na oportunidade, Dr. Gilberto pediu que de todos os pontos, o mais urgente será situar o Comitê quanto ao processo do ICMS, reforçando que seja dado algum posicionamento, seja ele positivo ou negativo no que diz respeito a ajuizar judicialmente ou não o Executivo no tocante a liberar a isenção para os outros poderes.

Iniciando então a apresentação da proposta, Carol frisa que pela LDO, o Orçamento de 2019 não pode ser inferior ao executado em 2018. Levando em consideração que durante 3 meses do ano corrente, o duodécimo foi contingenciado na ordem de 1.800.000/mês, é possível que o Executivo utilize isso como parâmetro e o patamar de 619 milhões seja ainda inferior. Dr. Gilberto informa que na negociação do Mandado de segurança buscase o repasse integral dessas diferenças através de suplementação ainda esse ano, mas, o mais garantido é permanência tão somente da liminar – duodécimo sem contingenciamento de abril a dezembro.

Mesmo sabendo dessa possibilidade, trabalhou-se o cenário considerando os 619 milhões de recursos do tesouro, e 88 milhões em previsão de arrecadação do FEPJ.

Neste Cenário, considerando na folha somente o crescimento vegetativo dos servidores e, em despesas de exercícios anteriores, além de verbas rescisórias e PAE, acrescentando o parcelamento da dívida da PBPREV; considerando também o custeio, sem repactuação dos contratos, o que possivelmente gerará corte na prestação de serviços, fecha-se com um déficit na ordem de 3 milhões. Registra-se que, pelos valores alocados com despesa de pessoal e conforme a RCL publicada, o TJPB estaria acima do limite prudencial de 5,7%, não ultrapassando os 6% que está na ordem de 559 milhões.

Carol relata que mediante essa situação, o Presidente, em acordo com o Ministério Público, resolve encaminhar ao Executivo como proposta orçamentária do Judiciário o orçamento atualizado pelo IPCA acumulado até julho, o que representa 665 milhões. Somando a projeção do FEPJ e da arrecadação da ESMA chega na ordem de 755 milhões de receita para 2019.

Esse segundo cenário foi construído conforme as seguintes premissas:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 1º E 2º GRAU

>> Alocar em Pessoal e Encargos até o limite de 6% da RCL (559 milhões). Aqui, é reforçado que mesmo com esse acréscimo não seria possível contemplar integralmente as recomposições salariais dos magistrados e servidores sem, necessariamente, haver reestruturação administrativa;

>> Custeio e Investimento– Aumento na ordem de 12% do executado em 2018;

Ivonaldo questiona qual a diferença entre o alocado em “Pessoal e Encargos” para 2018 e o previsto para 2019 no primeiro cenário. Erivalda informa que o valor nesse ano foi de 530.463.969,00, aumentando apenas 1.400.000,00 para 2019.

Carol informa que ambos os cenários serão apresentados ao Tribunal Pleno na próxima sessão administrativa, dia 05/09, para a devida homologação do segundo cenário e posterior envio ao Executivo até o dia 10.

Ivonaldo questiona se o primeiro cenário, o que obedece a LDO, é uma cópia das alocações feitas na peça de 2018. Gisele, Diretora de Economia e Finanças, responde confirmando que sim, já que o orçamento é o mesmo.

Benedito pede registro na Ata do encaminhamento à Presidência do ofício Nº 37/DP/2018 (SINDOJUS) direcionado ao Coordenador do Comitê que solicita a inclusão no orçamento de 2019 da data-base dos servidores, dentre outros pedidos.

Dr. Fábio de Brito declara como importante o Comitê endossar recomendações no sentido de racionalizar despesas, especificamente no que tange Despesa com Pessoal.

Altamir complementa resgatando o relatório da Corregedoria Nacional apontando como sugestão a redução de dois cargos em cada Gabinete de Desembargador.

Nesse sentido, o Comitê deliberou por encaminhar à Presidência as seguintes recomendações de modo a racionalizar despesa e melhorar a arrecadação:

1) Reestruturação Administrativa com redução de cargos, funções e requisitados desnecessários, inclusive observando as recomendações do relatório enviado pela Corregedoria Nacional;

2) Retomar o questionamento quanto a isenção do ICMS, uma vez que existe um decreto que estende aos três Poderes esse benefício, decreto este limitado pelo governador Ricardo Coutinho somente ao Executivo.

3) Rescisão dos Contratos de aluguéis que ainda persistem mesmo com a instalação do Complexo Judiciário de Mangabeira.

4) Regulamentar no âmbito do Tribunal de Justiça da Paraíba a Tabela de Temporalidade, pois acredita-se se mediante esse normativo, ganhar-se-á espaço tanto nas unidades como nos arquivos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 1º E 2º GRAU

5) Elaborar Anteprojeto de lei para revogar o dispositivo que legaliza o repasse do que se recolhe com Custas Judiciais ao Ministério Público.

6) Dar andamento à implantação do Teletrabalho que está aguardando a composição de uma comissão.

7) Dar andamento ao Projeto de Aposentadoria Incentivada. Gisele registra que várias ações de economia foram feitas: Correios, Água, Energia.

Dr. Alexandre informa que trará notícias para próxima reunião sobre a conclusão do novo sistema de Custas Online, frisando que atualmente está se confeccionando o Normativo que regulamentará a concessão de desconto e/ou parcelamento.

Dr. Gilberto atualiza o Comitê quanto as questões das ADI's. O posicionamento majoritário do Supremo é que a Constituição Estadual pode ser questionada no âmbito do judiciário local. O Estado questionou duas vezes e as decisões foram mantidas. Entretanto, o Estado entrou com reclamação constitucional, situação em que o Ministro Gilmar Mendes suspendeu o andamento da ADI sobre o argumento de que haveria interesse direto da Magistratura. Nesse sentido, a AMPB se reunirá com a AMB para deliberar no sentido de a AMB questionar ao Supremo.

Em relação ao Mandado de Segurança do Duodécimo, Dr. Gilberto relata que a proposta lançada ao Executivo é repassar os valores contingenciados nos meses de Janeiro a Março, e o executivo suplementar o orçamento assumindo a dívida da PBPREV como compensação dos repasses a menor nos anos anteriores. No entanto, o governador vetou ambas as propostas. A Presidência enviará ofício ao executivo solicitando data para reunião para fechar os pontos do acordo sob pena de cancelamento da audiência de conciliação.

Carol encerra reagendando o próximo encontro, previamente marcado para o dia 08, para o dia 15/10/2018.

Deliberações

DESCRIÇÃO
Enviar Cenários do Orçamento aos membros do Comitê
Memorando à Presidência com encaminhamento da SINDOJUS
Memorando à Presidência com sugestões de racionalizar a despesa e melhorar a arrecadação



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO 1º E 2º GRAU

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 03/09/18 - 09h

LISTA DE PRESENÇA

PARTICIPANTE		CARGO	CATEGORIA	ASSINATURA
	CARLOS MARTINS BELTRÃO FILHO	DESEMBARGADOR	COORDENADOR	
1	ADHEMAR DE PAULA LEITE F. NETO	SUPLENTE	ELEIÇÃO	
2	ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCÃO	TITULAR	ELEIÇÃO	Assinatura
3	ALTAMIR DE ALENCAR PIMENTEL FILHO	SUPLENTE	ASSTJE	Assinatura
4	ANTÔNIO EUGÊNIO LEITE F. NETO	SUPLENTE	ELEIÇÃO	
5	ARNÓBIO ALVES TEODÓSIO	SUPLENTE	ESCOLHA DO PLENO	
6	BENEDITO VENÂNCIO DA F. JÚNIOR	TITULAR	SINDOJUS	
7	BRUNO MEDRADO DOS SANTOS	SUPLENTE	ESCOLHA DO PLENO	
8	CAMILO DE SOUSA AMARAL	SUPLENTE	ASTAJ	Assinatura
9	CARLOS EDUARDO LEITE LISBOA	SUPLENTE	PRESIDÊNCIA	
10	CLEBERSON SANTANA DE ARAÚJO	TITULAR	ESCOLHA DO PLENO	
11	DIEGO GARCIA OLIVEIRA	TITULAR	ELEIÇÃO	
12	DOMINGOS GUALBERTO DE OLIVEIRA	TITULAR	ELEIÇÃO	Assinatura
13	FÁBIO BRITO DE FARIA	TITULAR	ELEIÇÃO	Assinatura
14	FÁBIO JOSÉ DE LIMA CHAGAS IRMÃO	TITULAR	ELEIÇÃO	
15	FALKANDRE DE SOUSA QUEIROZ	SUPLENTE	ELEIÇÃO	
16	FILLIPE AMORIM FIRMO DA SILVA	TITULAR	ELEIÇÃO	
17	GILBERTO DE MEDEIROS RODRIGUES	TITULAR	AMPB	
18	GUSTAVO PESSOA TAVARES DE LYRA	TITULAR	ELEIÇÃO	Assinatura
19	HIGOR RODRIGUES LEAL	TITULAR	PRESIDÊNCIA	
20	JOÃO RAMALHO ALVES DA SILVA	TITULAR	SINJEP	Assinatura
21	JOSINALDO SANTANA DOS SANTOS	TITULAR	ELEIÇÃO	Assinatura
22	LEANDRO DOS SANTOS	TITULAR	AMPB	Assinatura
23	MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS	TITULAR	ESCOLHA DO PLENO	Assinatura
24	MARISA ALVES TOSCANO DE BRITO	SUPLENTE	ESCOLHA DO PLENO	
25	PEDRO HENRIQUE DE ARAÚJO RANGEL	TITULAR	ELEIÇÃO	
26	PERILO RODRIGUES DE LUCENA	TITULAR	ESCOLHA DO PLENO	
27	PHILIPPE GUIMARÃES PADILHA VILAR	SUPLENTE	AMPB	
28	ROBERTO DE MEDEIROS RODRIGUES	SUPLENTE	PRESIDÊNCIA	
29	RODRIGO MARQUES SILVA LIMA	TITULAR	PRESIDÊNCIA	
30	SILAS NERI CARLOS	SUPLENTE	ELEIÇÃO	
31	Ronald Carvalho	Gerente		
32	Vladinei G. Santos	custas	suplente	Vladinei G. Santos
33	Renato Silva de Assis	DIEESE		
34	Jose Tuonardo	ASPAD	suplente	
35				